

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**TEXTO - A JUSTIÇA**

*José Pacheco, Dicionário de valores*

Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas. Mas, num país que conta mais de um milhão de leis, a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade... Pois que se aja e se assuma resiliência, porque ainda há gente que se importa. Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos. Urge debelar o medo, esse disfarce usado quando se faz o que sempre se fez, como se nada de indigno tivesse acontecido.

Diz-nos o dicionário que valor (do latim *valore*) é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana. Se assim for, convirá seguir o preceito do Dalai Lama: “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”. Porque, se a escola não é o primeiro lugar para se educar o indivíduo, também não deverá ser o primeiro lugar para deseducá-lo; mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores. Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”? Quem nunca viu uma criança furando a fila de merenda? Quem nunca viu a família dessa criança jogando lixo na rua e entupindo os bueiros? Até que ponto a escola pode promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?

Clamemos por justiça, onde quer que os nossos atos possam promovê-la, atenuando a crise da sua ausência. Leonardo Boff nos diz que a crise que nos afeta não é uma crise cíclica e que uma nova ordem mundial é necessária, um novo modo de habitar a Terra. E Alain Touraine lança um alerta: “ou a crise acelera a formação de uma nova sociedade, ou virá um tsunami que poderá arrasar tudo pela frente, pondo em perigo mortal a nossa própria existência no planeta”.

01. O primeiro período do texto – Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas – tem a função textual de:
  - A) indicar um ponto de discussão sobre o qual há uma intensa polêmica.
  - B) destacar uma reflexão que parece não ser adequada aos tempos modernos.
  - C) servir de ponto de reflexão religiosa, sob o qual o texto vai discutir o tema da justiça.
  - D) mostrar um ensinamento que serve de tese ao autor do texto e cujos argumentos de convencimento são apresentados no decorrer do texto.
02. A frase “Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas” pode ser reescrita de modos diversos; a forma de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:
  - A) Segundo Bento XVI, respeitar leis injustas não é dever dos cristãos.
  - B) Leis injustas não deverão ser respeitadas pelos cristãos, diz Bento XVI.
  - C) Os cristãos não deverão respeitar leis injustas, conforme diz Bento XVI.
  - D) Entre os deveres cristãos não se inclui o respeito a leis injustas, diz Bento XVI.

03. O comentário “num país que conta mais de um milhão de leis” tem valor de:
  - A) crítica ao excesso de leis.
  - B) elogio à preocupação com a justiça.
  - C) afirmação positiva sobre nosso arcabouço legal.
  - D) dúvida diante da impossibilidade de conhecimento.
04. Na frase “a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade”, há um certo tom humorístico; esse humor é produzido basicamente pelo seguinte fato:
  - A) pela crítica ao não cumprimento de leis no Brasil.
  - B) pela polissemia da palavra lei, tomada em sentido diverso.
  - C) pela denúncia contra a desigualdade dos cidadãos diante das leis.
  - D) pela incoerência entre termos, já que a lei da gravidade não pode deixar de ser cumprida.
05. Na frase “Pois que se aja...” há uma forma verbal de presente do subjuntivo do verbo agir; a frase abaixo em que uma forma verbal, colocada no mesmo tempo e modo, apresenta **ERRO** é:
  - A) Pois que se cumpra... (cumprir)
  - B) Pois que se maquie... (maquiar)
  - C) Pois que se requeira... (requerer)
  - D) Pois que se consuma... (consumar)
06. Na frase “Pois que se aja e se assuma **resiliência**...”, o termo negrito está corretamente definido, no contexto em que se insere, por:
  - A) “propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica”.
  - B) “restauração do aspecto ou forma primitiva, extirpando o que lhe havia sido eventualmente acrescentado”.
  - C) “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças”.
  - D) “ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa”.
07. “Pois que se aja e se assuma resiliência, **porque** ainda há gente que se importa”; “eu questionei os autores da proposta: **por que** razão não deveriam ser as restantes horas de ‘Educação na cidadania?’”  
 Observamos aqui que a grafia do vocábulo negrito é variável segundo as condições contextuais; a alternativa em que a forma desse mesmo vocábulo está **INCORRETA** é:
  - A) A justiça porque se luta é utópica.
  - B) Qual será o porquê de haver tantas injustiças?
  - C) Os cristãos não devem respeitar as leis injustas por quê?
  - D) Isso ocorre porque alguns dizem uma coisa e fazem outra.
08. “Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos”. Nesse segmento do texto há o emprego de linguagem figurada para a composição da ideia a ser transmitida ao leitor. São exemplos de figuras de linguagem:
  - A) façamos a nossa parte / façamos luz sobre os males
  - B) época de injustiças / façamos a nossa parte
  - C) façamos luz sobre os males / rasgões de luz
  - D) rasgões de luz / ladrões e tiranos

09. “Numa época de injustiças como **a nossa**, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males **de que** o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre **ele** caiu, e **so** **a qual** prosperam ladrões e tiranos”. Nesse segmento há quatro termos destacados que se referem a termos anteriores; a alternativa em que o elemento referido por um desses termos está identificado **INCORRETAMENTE** é:

- A) a qual / luz na cortina de escuridão
- B) a nossa / época de injustiças
- C) de que / os males
- D) ele / o mundo

10. “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”.

Esse pensamento do Dalai Lama é composto de dois períodos; o conectivo que estaria bem colocado entre esses dois períodos é:

- A) pois
- B) porém
- C) porque
- D) embora

11. “Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”?”

O questionamento do autor defende a ideia de que:

- A) todas as aulas da escola deveriam educar na cidadania.
- B) as aulas de cidadania não deveriam estar na escola, mas em casa.
- C) a educação para a cidadania deveria ser substituída por educação na cidadania.
- D) uma reorganização curricular deveria obrigatoriamente incluir aulas de educação na cidadania.

12. Os fatos citados de crianças que furam a fila da merenda e pessoas que jogam lixo nas ruas e entopem os bueiros são citados para indicar que:

- A) as escolas se preocupam prioritariamente com a acumulação cognitiva.
- B) a sociedade brasileira tem educação pública deficiente.
- C) as aulas de cidadania são absolutamente necessárias.
- D) a escola não tem realizado seu papel educativo.

13. A alternativa em que o elemento negrito tem uma proposta de substituição **INADEQUADA** é:

- A) “...porque ainda há gente **que se importa**” / consciente.
- B) “...a única lei **que se cumpre** sem exceção...” / cumprida.
- C) “...para que sejam abertos rasgões **de luz** na cortina de escuridão...” / luminosos.
- D) “...a única lei que se cumpre **sem exceção** parece ser a da gravidade” / excepcionalmente.

14. Em todas as alternativas abaixo está presente o conectivo E; o segmento em que esse conectivo apresenta um valor não aditivo, como nos demais, é:

- A) “Pois que se aja e se assuma resiliência...”.
- B) “...mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores”.
- C) “...a escola pode apenas promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?”.
- D) “...é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana”.

15. O alerta final do texto recorre argumentativamente à seguinte estratégia:

- A) interessar o leitor a fazer algo, destacando os benefícios de sua ação.
- B) seduzir o leitor, apelando para a sua responsabilidade social.
- C) constranger o leitor, indicando nossos maus procedimentos.
- D) amedrontar o leitor, mostrando-lhe os perigos próximos.

#### LEGISLAÇÃO

16. Um servidor em atividade foi posto em exercício provisório em outro município. Este servidor terá o seguinte prazo mínimo, contado da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo:

- A) 10 dias
- B) 15 dias
- C) 20 dias
- D) 30 dias

17. Considere a hipótese de um servidor efetivo que, após responder a processo disciplinar administrativo, é considerado culpado e demitido, mas a decisão administrativa vem a ser anulada por decisão judicial. No caso de o seu cargo já ter sido extinto, o servidor será incluído na seguinte condição:

- A) empossado em cargo de mesma remuneração
- B) reintegrado em cargo de função semelhante
- C) readmitido em seu cargo original
- D) colocado em disponibilidade

18. Quando, por interesse da administração, se dá o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, após prévia apreciação do órgão central do SIPEC, pode-se dizer que ocorre um caso de:

- A) remoção
- B) recondução
- C) readaptação
- D) redistribuição

19. O servidor público **NÃO** poderá exercer atividade remunerada enquanto se encontrar em gozo de licença por:
- doença em pessoa da família
  - desempenho de mandato classista
  - afastamento do cônjuge
  - interesse particular
20. Aplica-se a pena de suspensão ao servidor público que tiver a seguinte conduta:
- praticar incontinência pública
  - revelar segredo apropriado em razão do cargo
  - retirar, sem autorização, um objeto da repartição
  - praticar usura sob qualquer de suas formas
21. Será obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição da seguinte penalidade:
- prisão administrativa
  - advertência por escrito
  - suspensão por 15 dias
  - cassação de aposentadoria
22. Como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar que o servidor seja afastado do exercício do cargo, pelo prazo de até:
- 60 dias
  - 90 dias
  - 120 dias
  - 180 dias
23. O afastamento para prestar colaboração a outra instituição federal de ensino (IFE) será autorizado pela seguinte autoridade:
- Conselho Federal de Ensino
  - dirigente máximo da IFE
  - Ministro de Estado da Educação
  - Coordenador do Sistema Federal de Ensino
24. Promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, é um objetivo do programa de:
- capacitação e aperfeiçoamento
  - avaliação de desempenho
  - alocação de cargos
  - educação formal
25. A progressão por capacitação profissional provocará a mudança de nível do servidor, que atender ao programa de capacitação previsto em lei e respeitará o interstício de:
- 6 meses
  - 12 meses
  - 18 meses
  - 24 meses

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Ao elencar o uso da propaganda como instrumento de Relações Públicas, o autor J. B. Pinho enumera treze propostas. Em relação às atividades de uma empresa, a utilização da propaganda em RP tem como objetivo:
- conseguir incentivos fiscais junto aos governos municipal, estadual e federal
  - melhorar a imagem da empresa para a adesão de acionistas das empresas concorrentes
  - corrigir concepções errôneas prejudiciais ao conceito da empresa junto à opinião pública
  - dissipar falsas impressões causadas aos moradores de uma localidade pelos diretores da empresa
27. O autor do livro “Psicossociologia das relações públicas” realiza uma revisão conceitual dos termos “multidão”, “massa” e “público”. Além do predomínio das emoções em suas manifestações ante as inquietações sociais, “massa” e “multidão” também se caracterizam por serem grupos:
- espontâneos
  - alienados
  - racionais
  - críticos
28. O autor de “Relações Públicas: fundamentos e legislação” enumera seis princípios gerais de RP. O primeiro desses princípios afirma que a ação de RP deve estar fundamentada em um objetivo predeterminado, de modo “a não existirem dúvidas que possam destruir sua veracidade e prioridade”. Este princípio é classificado como:
- interpretativo
  - informativo
  - secundário
  - inatacável
29. O autor de “Releasmania”, ao discutir a estrutura de conteúdo de um *press-release*, afirma que se deve utilizar a técnica do *lead* e contemplar a maior parte das características de uma notícia. Essas características precisam ser:
- opinativas, inéditas, negativas, objetivas e de interesse privado
  - recentes, inéditas, verdadeiras, objetivas e de interesse público
  - conhecidas, negativas, verificáveis, opinativas e de interesse público
  - recentes, ultrapassadas, verdadeiras, objetivas e de interesse privado
30. As funções da linguagem são determinadas por cada um dos seis fatores constitutivos do processo de comunicação. Ou seja, conforme Jakobson, a estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante. Nessa perspectiva, podemos afirmar que, na mensagem jornalística – seja uma notícia ou um “*press-release*” –, a função que se privilegia é a:
- metalinguística
  - referencial
  - emotiva
  - poética

31. “A auditoria da comunicação organizacional tem como propósito fundamental pesquisar, examinar e avaliar como funciona o sistema de comunicação do ponto de vista da eficácia e eficiência, no âmbito corporativo como um todo ou em partes, compreendendo a comunicação administrativa, a comunicação interna, a comunicação institucional e a comunicação mercadológica. Tudo dependerá das necessidades, dos objetivos e da conjuntura das organizações. Visa também corrigir desvios, prevenir e encaminhar soluções de problemas, aperfeiçoar o sistema de comunicação de uma organização, buscando com isso melhorar seu desempenho”. (KUNSCH, Margarida. *Auditoria da comunicação organizacional*. 2005.) Como um instrumento de estudo e análise que visa construir diagnósticos do sistema de comunicação nas organizações, podemos afirmar que a auditoria da comunicação está inserida em um conjunto caracterizado como:
- menor de pesquisas e auditorias aplicado à área de Comunicação Social e uma das últimas etapas do processo de planejamento
  - secundário de pesquisas e auditorias aplicado à área de RP e uma das primeiras etapas do processo de planejamento
  - maior de pesquisas e auditorias aplicado à área de RP e uma das primeiras etapas do processo de planejamento
  - primário de pesquisas e auditorias aplicado à área VIP e uma das primeiras etapas do processo de planejamento
32. Ao analisarem a influência na comunicação das empresas, os autores Angela Chaum e Fred Utsunomiya destacam que o processo de criação de eventos e campanhas não deve estar focado única e exclusivamente nos produtos e serviços que estão sendo divulgados e comercializados, mas, sim deve incorporar às marcas princípios e valores de:
- eficiência
  - sustentabilidade
  - defesa do consumidor
  - crescimento financeiro
33. Avaliar o relacionamento de uma organização nas mídias sociais tornou-se uma atividade fundamental da Assessoria de Comunicação. Além de empresas especializadas no monitoramento das redes sociais, muitas mídias sociais costumam disponibilizar sistemas de busca para serem utilizados em um acompanhamento *online*. Nesse sentido, ferramentas como o *Google blogs* promovem um razoável rastreamento dos \_\_\_\_\_ e o *Twitter Search* realiza uma busca semelhante no \_\_\_\_.
- A alternativa que preenche corretamente e em sequência as lacunas é:
- perfis; twitter
  - e-mails*; ciberespaço
  - posts* nos *blogs*; twitter
  - posts* nos *blogs*; ciberespaço
34. Na gestão da comunicação de crises, o erro mais elementar que um assessor de comunicação pode cometer é deixar o jornalista que está realizando matéria sobre o caso sem o retorno das informações solicitadas. Para melhor administrar a crise e suas versões, uma recomendação básica é o uso de:
- três Cs – ser claro, conciso e consistente
  - três Ps – ser preciso, poderoso e prestativo
  - quatro Ps – ter preço, praça, produto e promoção
  - cinco Ps – ter plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva
35. A necessidade de melhor conhecer uma situação vigente na organização implica a realização de diagnósticos em Relações Públicas porque:
- impede a produção de informações oficiais
  - facilita a elaboração de planejamentos de comunicação adequados
  - pesquisa as estratégias de comunicação nas empresas congêneres
  - avalia os fluxos comunicativos e as formas transportadoras da informação
36. A cronologia do percurso histórico da atividade de Relações Públicas apresenta esta ordem seqüencial: em 1906, Ivy Lee lança a “Declaração de Princípios”, considerado o primeiro documento notório de Relações Públicas, e inicia a fase das atividades de RP em que “o público deve ser informado”; no Brasil, em 1911, é criado o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, primeiro passo para o desenvolvimento da divulgação e da comunicação institucional. Seguindo a ordem cronológica, o primeiro serviço regular de RP a funcionar no país foi:
- a Assessoria de Comunicação Empresarial da *Light and Power Co.*, em 1964
  - o Departamento de Relações Públicas da *The São Paulo Metro Co.*, em 1974
  - o Departamento de Comunicação Social da Presidência da República, em 1912
  - o Departamento de Relações Públicas da *The São Paulo Tramway Light and Power Co.*, em 1914
37. A Gestão Estratégica da Comunicação é a atividade que compreende a técnica de gerenciar a comunicação de forma estratégica, utilizando as ferramentas de:
- diagnóstico, planejamento, criação, implantação e mensuração dos resultados
  - comunicação interna, tais como *press-release* e boletins informativos
  - mediação dos conflitos e medição da rentabilidade política
  - gerenciamento e acompanhamento dos problemas
38. O Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, conforme publicação no *site* do Conselho Federal, afirma, em seus princípios fundamentais, que o trabalho do profissional de RP deve estar baseado no respeito aos princípios definidos no seguinte documento:
- Declaração de Ética dos Profissionais de Comunicação
  - Declaração Universal dos Direitos do Homem
  - Declaração de Defesa dos Direitos do Cliente
  - Código do Consumidor
39. A comunicação interna deve cuidar para que temas considerados estratégicos pela instituição sejam também transformados em assuntos importantes para seu público. Nessa perspectiva, o principal problema da produção de mensagens institucionais é:
- reuniões de pautas, prejudicando o processo de comunicação
  - a linguagem extremamente rebuscada, gerando boatos na “rádio-corredor”
  - a falta de um tratamento adequado, acarretando desinteresse do público interno
  - a excessiva adjetivação dos textos, demonstrando interesse no enaltecimento dos funcionários terceirizados

40. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual está inserido o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, conta atualmente com 354 unidades, em muitas das quais se desenvolvem pesquisas em nível de pós-graduação, graduação e técnico. Uma das principais tarefas da Assessoria de Comunicação de uma instituição de ensino com esse perfil é a matéria jornalística para divulgação científica. Sabemos, entretanto, que as relações entre pesquisadores e os profissionais da Assessoria de Comunicação são marcadas pelo conflito: os cientistas criticam os assessores de comunicação pela vulgarização do discurso científico; por sua vez, os assessores de comunicação recriam a linguagem elitista dos cientistas. Esse conflito pode ser superado a partir do momento em que:
- os assessores de comunicação acatarem as demandas de terminologia dos *papers* acadêmicos e assimilarem a lógica do discurso científico
  - os assessores de comunicação desconsiderarem as preocupações de definições típicas dos *papers* acadêmicos e não assimilarem a lógica do discurso científico
  - os assessores de comunicação e cientistas aceitarem que divulgação científica e *papers* acadêmicos são gêneros discursivos idênticos, com propriedades definidoras iguais
  - os assessores de comunicação e cientistas aceitarem que divulgação científica e *papers* acadêmicos são gêneros discursivos diferentes com propriedades definidoras próprias
41. Na “era da publicidade”, um dos impactos sofridos pelo jornalismo é ocasionado pela *releasmania*. A “invasão” desses textos híbridos, mistos de notícia e publicidade, acaba sendo adequada à atual dinâmica de produção da informação jornalística, com poucos ônus e recursos. Do ponto de vista ético, o problema é que, na maioria das vezes, o *release* é:
- assinado pelo principal articulista do jornal para ser distribuído às agências de notícias
  - vendido, como se fosse uma novidade, para diversos jornais do interior e *sites* internacionais
  - publicado na íntegra, como se fosse uma notícia elaborada pela própria empresa jornalística
  - carimbado com a autorização do assessorado para ser distribuído às empresas jornalísticas
42. Um livro clássico na área da Comunicação é “Opinião Pública”, de Walter Lippmann. Para esse autor, a opinião pública é o resultado da ação de grupos de interesses ou de pessoas agindo em nome desses grupos. Nesse sentido, a opinião reconhecida como pública seriam, não as opiniões surgidas do público, e, sim, as opiniões que são:
- impostas pelos profissionais de RP
  - inventadas pelos jornalistas
  - curtidas nas redes sociais
  - tornadas públicas
43. Existem diversas correntes no campo das Teorias da Comunicação. Uma dessas correntes, conhecida como Escola de Frankfurt, cunhou o conceito de “indústria cultural”. Seus principais teóricos foram:
- Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin
  - Albert, Horkheimer, Habermas e Lutero
  - Merton, Marcuse, Benjamin e Chaplin
  - Adorno, Lutero, Habermas e Calvino
44. No Brasil, o modelo jornalístico envolveu o campo de atuação das relações públicas. Nesse padrão brasileiro, destacam-se as iniciativas das empresas privadas de assessoria de imprensa e comunicação, além do informativo diário feito por duas assessorias de instituições públicas que elaboravam um material considerado referencial para os jornalistas que faziam a cobertura da área. Estas instituições eram:
- Ministério da Justiça e Presidência da República
  - Eletrobras e Ministério da Agricultura
  - Petrobras e Ministério da Educação
  - Câmara dos Deputados e Senado
45. No livro “Hipertexto, hiperfídia: as novas ferramentas da comunicação digital”, Adriana Garcia Martinez, ao discutir a construção da notícia em tempo real, afirma que, nos primeiros anos da internet comercial do Brasil, a qualidade das notícias sofre um forte impacto negativo. Segundo ela, essa prática de “informar antes” chegou a colocar em risco, nesse período, a credibilidade do jornalismo. Para a autora, este fenômeno está relacionado ao seguinte fato:
- surgimento dos *blogs*, que não estão comprometidos com os princípios básicos do jornalismo
  - predomínio de uma ótica difusionista, que prioriza a rapidez da informação em detrimento de sua qualidade
  - falta de qualificação dos profissionais do setor, que não tinham familiaridade com as novas mídias, apesar de experientes em jornalismo
  - origem dos portais de informação a partir das próprias agências de notícias, o que levou à eliminação dos veículos intermediários nesse processo
46. O jornal O Globo, ao editar a série de reportagens “50 anos do golpe”, produziu uma “linha do tempo” resgatando fatos históricos em relação ao golpe militar de 1964. Conforme essa cronologia, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia à presidência, alegando a existência de “forças ocultas” para derrubá-lo. Grupos militares são contra o vice-presidente João Goulart vir a assumir a presidência. No dia 27 de agosto de 1961, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, deu início a uma ação política de defesa da posse do vice-presidente Jango, requisitando a Rádio Guaíba. Essa articulação do governador Brizola deu nome a uma rede de emissoras que ficou conhecida como:
- da Legalidade
  - de Defesa da Democracia
  - de Defesa da Constituição
  - da Legalidade da Constituição
47. Criado pelo Governo Federal em 2004, o Programa Universidade para Todos (Prouni), do Ministério da Educação, concede bolsas de estudo, integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Segundo informa o *site* do Prouni, em relação ao perfil econômico do candidato a uma bolsa integral do programa, o requisito fundamental é ter renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até:
- três salários mínimos
  - dois salários mínimos
  - um salário mínimo e meio
  - um salário mínimo

48. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Recentemente, com os acréscimos da Lei Nº 2.677/2012 à Lei Nº 11.892/2008, essa Rede passou a ser integrada também:
- A) pelo Colégio Pedro II
  - B) pelas escolas estaduais de requalificação profissional
  - C) pelas escolas politécnicas localizadas nas regiões metropolitanas
  - D) pelos colégios particulares que realizam educação profissionalizante
49. O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Câmara de Educação Superior (CES), aprovou, em 27 de setembro de 2013, a Resolução Nº CNE/CES 2, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Essa resolução, homologada pelo Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial, prevê a criação de:
- A) Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas
  - B) Bacharelado em Relações Públicas com habilitação em Comunicação Social
  - C) Mestrado Profissional em Relações Públicas
  - D) Bacharelado em Relações Públicas
50. A revista *Época* publicou, recentemente, matéria de capa com o título “Cansou do Facebook?”, listando 50 redes sociais que estão bombando, e relatando que, embora o FB continue ganhando usuários, essa rede deixou de ser a que mais cresce. Segundo pesquisa feita com 170 mil pessoas em 32 países pela consultoria GlobalWebIndex, o número de usuários ativos do Facebook caiu 3% em 2013. Como um dos principais motivos para essa queda, a reportagem aponta que as pessoas estão passando a dar preferência a participarem de redes sociais:
- A) segmentadas, buscando compartilhar interesses específicos
  - B) secretas, já que a internet é um sistema de vigilância panóptica eficaz
  - C) populares, acolhendo a diversidade de interesses e as lutas democráticas
  - D) pagas, pois no capitalismo cognitivo a barreira econômica é fundamental